

O Brasil é um país rico

- É rico em recursos naturais, humanos e culturais.
- É atualmente o 10º país em geração de riqueza (10º PIB - Produto Interno Bruto - mundial). Há poucos anos, possuía o 8º PIB do Mundo.

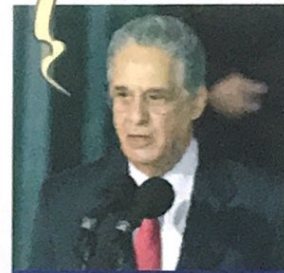
Então,

- Por que há tanto desemprego, tanta fome, tanta miséria?
- Por que os serviços de saúde, educação e segurança prestados à sociedade brasileira estão se desmantelando?
- Por que há tanta injustiça, tanta corrupção?
- Porque há tanta exclusão: os sem-terra, os sem-teto, os menores abandonados...?

É porque

- A nossa riqueza e a nossa renda estão concentradas nas mãos de poucos. Grande parte dos nossos recursos estão sendo utilizados para pagamento da Dívida Pública, Externa e Interna.

"A situação que ora vivemos - arrocho salarial direto dos trabalhadores no setor público e indireto de toda a força de trabalho, submissão da política econômica às regras e monitoramento do FMI, acomodação aos interesses dos grandes bancos internacionais, etc - não passa de uma encenação da inequívoca demonstração da falta de governo no País."



Relatório elaborado por FHC em 1987 (Biblioteca do Senado: 336.34.B023 RDE)

A Dívida Pública é o centro de toda a política econômica do governo

Hoje, 2/3 dos recursos orçamentários são destinados ao pagamento da dívida pública em detrimento dos investimentos que atenuem a enorme "dívida social". Veja alguns dados do Orçamento da União para 2001:

DESTINAÇÃO ANUAL DE RECURSOS	VALORES EM REAIS	EQUIVALÊNCIA
ENCARGOS FINANCEIROS DA UNIÃO/JUROS E AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA	140,15 bilhões	
Ministério da Saúde	28,85 bilhões	75 dias da dívida
Ministério da Educação	18,06 bilhões	47 dias da dívida
Fundo da Erradicação da Miséria	3,20 bilhões	8 dias da dívida
Ministério da Ciência e Tecnologia	2,47 bilhões	6 dias da dívida
Ministério da Cultura	0,34 bilhões	21 horas da dívida

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (SIAFI - GEINC/CCONT/STN)

Dívida & Dependência

O processo de endividamento tem sido uma forma de manter os países subdesenvolvidos eternamente dependentes.

A Argentina seguiu à risca os mandamentos do "Consenso de Washington" (reunião realizada nos EUA em

novembro de 1989 para tratar das reformas econômicas a serem implementadas nos países subdesenvolvidos); privatizou tudo; liberou as importações de forma indiscriminada e se entregou ao capital externo "dolarizando" sua

economia (1 peso argentino = 1 dólar). O resultado foi o desastre: explosão da dívida pública, desemprego recorde, comprometimento do futuro do país e extrema dependência.

No Brasil, a dependência de capital

externo para honrar os nossos compromissos (pagamento de juros, importações e remessa de lucros e dividendos) **tem crescido a cada ano. Por isso, tivemos que recorrer novamente ao FMI e nos submeter às suas exigências...**



DÍVIDA EXTERNA

A história do endividamento externo brasileiro se inicia com uma grande infâmia: Por ocasião de nossa "Independência", no ano de 1822, as elites dirigentes assumiram uma dívida de 1,3 milhão de libras esterlinas que Portugal havia contraído junto à Inglaterra, exatamente para lutar contra a nossa independência!

A partir de então, a dívida sempre aumentou, embora, ao longo dos anos, a remessa de recursos do Brasil para o exterior tenha representado uma **verdadeira sangria**.

No ano de 1931 - governo Getúlio Vargas - houve a primeira "Auditoria da Dívida Externa Brasileira", que apurou diversas irregularidades: falta de documentos e contratos; ausência de contabilização regular da dívida e das remessas. Na época, houve uma suspensão de pagamentos e considerável redução da dívida.

DÉCADA DE 70

A década de 70 representou um dos períodos mais críticos do crescimento do endividamento externo brasileiro: havia grande volume de recursos nas mãos dos banqueiros internacionais, em virtude da transferência, para o setor financeiro, do volume extraordinariamente alto de lucros auferidos pelos países produtores de petróleo, em razão da explosiva alta de preços do produto no mercado internacional. Os banqueiros internacionais ofereceram estes recursos aos países em desenvolvimento, inclusive para o Brasil, com taxa de juros baixas e atraentes, incentivando o endividamento de países carentes

de recursos. No final da década de 70, decisão unilateral dos Estados Unidos elevou a taxa de juros internacionais para mais de 20% ao ano, aumentando absurdamente as obrigações do País para com o exterior, o que nos obrigou a tomar muitos empréstimos, a partir daí, apenas para pagar os juros, fazendo com que o montante da dívida crescesse como uma bola de neve.

DÉCADA DE 80

Na década de 80, batizada como "perdida", praticamente todos os empréstimos tomados foram utilizados para o pagamento dos extorsivos juros que os credores internacionais nos exigiam.

RELATÓRIO FHC

A co-responsabilidade dos credores internacionais bem como a alta de juros por parte do governo americano foi objeto de vários questionamentos, especialmente por parte de FHC, quando Senador e Relator da Comissão Especial formada em 1987, para analisar a moratória decretada pelo governo brasileiro. FHC afirmou que "... a crise da dívida externa do Terceiro Mundo envolve a co-responsabilidade dos devedores e dos credores." e ainda "... 1/4 da dívida externa brasileira refere-se a juros sobre juros, sem qualquer contrapartida real de bens e serviços para o país."

ILEGALIDADE E OFENSA AO PATRIMÔNIO MORAL

Outros questionamentos de ordem jurídica e legal foram levantados pelo Senador Severo Gomes, Relator da Comissão de 1989, en-

carregada da Auditoria prevista na Constituição Federal. Examinando os acordos da dívida brasileira o Senador constatou a existência de cláusulas abusivas, como a de "**Renúncia antecipada a qualquer alegação de soberania**". A renúncia explícita e declarada de nossa soberania em documento público faz deste um dos fatos mais tristes e graves da história de nosso endividamento. Nas palavras do ilustre Senador, "*retrata um Brasil de joelhos, sem bríos poupados, inerte e inerte, imolado à irresponsabilidade dos que negociaram em seu nome e à cupidéz de seus credores.*"

ACORDO BOM PARA OS BANQUEIROS

Estes e outros questionamentos foram ignorados nas negociações posteriores de nossa dívida externa, que culminaram na concretização de um grande acordo, no ano de 1994, através do qual se trocou a dívida antiga, formalizada em contratos, por bônus (títulos públicos), processo que recebeu o nome de "securitização". Na prática, houve efetivo aumento dos pagamentos, além da pulverização dos credores, agravamento da nossa vulnerabilidade às oscilações do mercado internacional e exacerbação do processo de dependência.

DÉCADA DE 90

O endividamento externo na década de 90 tem características peculiares e resulta da adoção de medidas, pelo governo brasileiro, que provocaram incontrolável e acelerado crescimento do endividamento interno.

DÍVIDA INTERNA



A partir da implantação do Plano Real, o endividamento interno do país passou a crescer de forma descontrolada:

EVOLUÇÃO DA DÍVIDA INTERNA (em títulos públicos)

ANO	Valor (bilhões de reais)	Crescimento Anual	Crescimento Acumulado
1994	59,4		
1995	84,6	42%	42%
1996	117,8	39%	98%
1997	225,7	92%	280%
1998	343,8	52%	479%
1999	464,7	35%	682%
2000	555,9	20%	836%

FONTE: Boletins do Banco Central

Esse aumento da dívida decorreu das medidas implementadas pelo governo brasileiro, buscando a "estabilização" da moeda, que lhe rendeu enormes frutos políticos, mas está custando muito caro à Nação: As principais medidas são:

- **elevação substancial das taxas de juros internas**, aumentando a diferença entre as taxas praticadas dentro e fora do Brasil, com o objetivo de atrair capital estrangeiro para o país, base de sustentação do Plano Real. Esta medida nos tornou extremamente vulneráveis e dependentes, tendo provocado:

- crescimento exponencial da dívida pública (veja quadro acima);
- aumento da desconfiança internacional, pois quanto maiores as taxas de juros praticadas, menor a possibilidade de que o país consiga sustentar essa ciranda ao longo do tempo.

Ainda estimulou grandes empresas nacionais, principalmente as instituições financeiras, a se endividarem em dólares, fazendo crescer ainda mais a dívida externa privada (que é registrada no Banco Central e conta com o aval e a garantia do governo) e a dívida interna pública (pois para obter recursos e efetuar a troca da moeda estrangeira em moeda nacional, o Banco Central tem que emitir títulos da dívida interna);

- **abertura indiscriminada dos nossos portos** aos produtos estrangeiros, submetendo os produtores nacionais a uma concorrên-

cia em bases flagrantemente desiguais e onerando a balança comercial (as importações cresceram muito mais do que as exportações);

- **manutenção do câmbio artificialmente valorizado** por muito tempo, o que provocou incontáveis prejuízos ao país, na medida em que desestimulou as

exportações e incentivou indevidamente as importações, propiciando, com o dólar "barato", que os produtos importados chegassem aqui a preços bem atraentes, forçando baixa de preço dos produtos nacionais e inviabilizando diversas indústrias, principalmente as menores;

- **redução do papel do Estado na economia**, através da implementação do mais agressivo e acelerado processo de privatizações de que se tem notícia no mundo, entregando, a preços irrisórios, patrimônio de setores estratégicos, que levamos anos e anos construindo. Muitas empresas foram vendidas (várias delas com financiamento do próprio BNDES) a estrangeiros, que passaram a adquirir seus insumos no exterior, bem como a remeter lucros para

seus países de origem, aumentando nossa necessidade de divisas;

- **produção de superávits primários**, através do aumento da carga tributária e do corte de gastos públicos a fim de garantir o pagamento dos juros da dívida. Estas medidas sacrificam a sociedade e estão comprometendo seriamente a prestação de serviços essenciais, provocando um verdadeiro desmonte nos órgãos públicos, devido à falta de recursos. A crise energética é exemplo da irresponsabilidade ao cortar investimentos públicos essenciais.



Além dessas medidas, outros fatos influenciaram no crescimento da dívida interna, tais como:

- **Saneamento das empresas públicas** - Medida que visou tornar as empresas públicas mais atraentes fazendo com que o processo de privatização fosse tão rápido;
- **Assunção de dívidas dos estados e municípios**, com grande transferência de recursos para o setor financeiro, uma vez que houve resgate de títulos podres, negociados com enorme deságio no mercado, pelo valor integral de face, e
- **Programas de socorro aos bancos privados (PROER I) e, mais recentemente, aos bancos públicos (PROER II).**

A dívida nos torna reféns, em todos os sentidos.

- O endividamento brasileiro (Interno e Externo) alcança patamares altíssimos e cresce em ritmo acelerado.
- Em junho de 2001, a Dívida Externa alcançou a cifra de 239 bilhões de dólares e a Dívida Interna chegou a 614 bilhões de reais!
- Esta situação afeta a vida de todo cidadão brasileiro, na medida em que o comprometimento dos orçamentos públicos (Federal, Estaduais e Municipais e do Distrito Federal) com a dívida pública ameaça perigosamente o atendimento às necessidades básicas da sociedade.
- As obrigações do País para com o exterior são tão grandes que estamos dependendo de consideráveis volumes de capital estrangeiro para fechar o Balanço de Pagamentos desse ano, o que nos torna altamente vulneráveis. Segundo pesquisadores da famosa revista "The Economist", são necessários **US\$ 42,2 bilhões para o país fechar as contas em 2001.**
- A opção do governo brasileiro de se submeter às imposições do FMI, com seu receituário recessivo (enxugamento dos gastos públicos, abertura comercial, privatizações, etc), agrava a situação do País e coloca em risco a nossa soberania.

O voto do cidadão

Foi por causa destas questões que 6.030.329 de brasileiros participaram do Plebiscito da Dívida Externa, realizado em setembro do ano 2000, em todo o País, e votaram NÃO à manutenção do acordo com o FMI, NÃO à continuidade do pagamento da dívida externa sem realizar a auditoria prevista na Constituição Federal de 1988, e NÃO ao destino de grande parte dos recursos orçamentários ao pagamento da dívida interna.

Em respeito ao voto destes cidadãos, a Campanha Jubileu Sul aprovou a proposta de realização da "Auditoria Cidadã da Dívida", que visa trazer à tona toda a verdade sobre o nosso endividamento, discutir as consequências desastrosas do seu impressionante crescimento e pressionar a realização da Auditoria Oficial, prevista na Constituição Federal. Já existe projeto de lei neste sentido no Congresso Nacional - nº. PDC 625/2000 - mas o mesmo está parado há um ano!

Por que defendemos a auditoria cidadã da dívida:

A auditoria cidadã da dívida pretende dissecar todos os fatos já relatados e esclarecer a verdadeira natureza da dívida. Apenas para citar alguns questionamentos:

- 1) Será que nos endividamos para desenvolver o país ou o endividamento só está se prestando a financiar e remunerar os capitais especulativos?
- 2) Os números do endividamento são uma caixa preta: Quanto efetivamente tomamos emprestado? Quanto já pagamos? Por que temos taxas de juros tão altas?
- 3) Quanto efetivamente está entrando e saindo do país como capital especulativo camuflado sob o nome de "investimento direto"?
- 4) Quem são os detentores dos títulos da dívida pública brasileira e, portanto, os beneficiários dos juros mais altos do planeta?

5) Quanto o país foi onerado, ao longo dos anos, com elevadas "taxas de risco" estipuladas pelos credores, enquanto cumpria rigorosamente todos os pagamentos? Se o "risco" não se efetivou, estas parcelas deveriam ser consideradas como pagamento antecipado do principal. Na realidade, estas elevadas taxas de risco sempre fizeram parte de uma estratégia de espoliação.

6) Por que foram eliminados os mecanismos de controle institucional dos capitais especulativos, especialmente a partir de 1991?

7) A razão para a grande crise que estamos enfrentando realmente decorre de fatores externos (agora se diz que a culpa é da crise Argentina; antes foram a Rússia, o México, Coréia, etc) ou se trata de total falta de controle sobre o crescimento das nossas dívidas?

É preciso dar transparência a estas questões e tantas outras. Mas de cabeça erguida! De joelhos, não! Nós, cidadãos deste país, que pagamos impostos e cumprimos nossas obrigações para com o Estado, temos o direito de saber toda a verdade sobre o nosso endividamento. Afinal, somos nós que pagamos a conta...

Belo horizonte, agosto 2001.